

ros por 7,5 mil cruzeiros; e diz que, se eles não aceitarem, vão ficar cercados de eucaliptos.

São assim milhares de posseiros e pequenos proprietários que se vão tornando bóias-frias ou migrantes. A região toda está se transformando num deserto, na espera de vir a ser um giganteste eucaliptal ao lado de um pasto imenso, nos lugares onde outrora numerosos lavradores tiravam seu sustento.

Em Camamu, a FIRESTONE vem expandindo suas plantações de seringueiras através de toda espécie de pressão sobre os pequenos agricultores vizinhos, para forçá-los a abandonarem suas terras, vendendo-as por um preço irrisório.

Na Chapada Diamantina, no Vale do Paraguaçu, na região de Feira de Santana e no Recôncavo, encontramos a mesma situação.

A partir de 1970, quando se iniciou a construção da BR-242, grandes latifundiários começaram a entrar na região, onde encontraram terras férteis e baratas, em grande parte ociosas. Parte destas terras encontravam-se ocupadas por numerosos trabalhadores rurais, posseiros, arrendatários e parceiros, responsáveis pela maior parte da produção de mandioca, feijão, milho e, principalmente, mamona, que passou a ser o sustentáculo da região após o declínio do garimpo.

Os novos proprietários, interessados em implantar projetos de pecuária extensiva ou de café, pouco caso fizeram dos pequenos lavradores ali instalados. Começaram então a expulsar ou tentar expulsar os antigos ocupantes, usando das mais variadas violências, como é de praxe nestes casos: expulsão pura e simples sem indenização, ameaças, casas queimadas, roças destruídas etc.

Em Andaraí, onde, segundo o Censo de 1970, 90% da população são constituídos por trabalhadores rurais, a gradativa substituição das roças pelo capim e das famílias de posseiros pelo gado, teve consequências desastrosas. Em primeiro lugar, caiu sensivelmente a arrecadação municipal, o comércio entrou em crise e subiram os preços dos gêneros de primeira necessidade.

Segundo os assessores jurídicos da FETAG, as pastagens do latifúndio monocultor, impelindo para fora da terra os trabalhadores rurais, concentrando a terra e a renda, estão levando o município à falência.

Na mesma região, no município de Itaberaba, as autoridades locais não escondem seu descontentamento perante a teimosia dos pequenos que têm a ousadia de resistir à agressão dos grandes. O pequeno sindicato de lá tem sua oficialização trancada pela negação do Prefeito de reconhecê-lo. Este está ligado aos fazendeiros locais que, evidentemente, não querem saber do sindicato, e o delegado local, por própria iniciativa, invadiu e fechou sumariamente sua sede.

Em consequência da omissão das autoridades em apurar os fatos, a FETAG impetrou mandado de segurança contra o delegado regional. Até hoje não foi julgado!

Em Feira de Santana, a valorização das terras também originou toda uma série de violências contra os posseiros e pequenos proprietários, inclusive com a cumplicidade da própria polícia, que não hesitou em prender e espancar posseiros, colocando-se claramente a serviço dos grileiros que atuam na região. Em maio de 1976, a tensão chegou ao ponto de resultar na morte de um posseiro, fuzilado por 8 PMs... Tratores são usados para destruir plantações, roças são invadidas pelo gado, tanques cercados ou destruídos. Tudo isso na maior impunidade. Há vários processos em curso; os lavradores lutam para defender o que é deles, dispostos a resistir. Mas a Justiça é lenta.

Nas regiões de Barra da Estiva e do Morro do Chapéu, planalto de mais de mil metros de altitude, depois das geadas do Sul começaram a chegar grandes empresas cafeicultoras, atraídas pelas condições climatológicas favoráveis e pelos incentivos fiscais. Começou então a corrida às terras, acompanhada, como sempre, de casos de grilagem.

Em Barra do Choca, um fazendeiro tenta, desde 1972, expulsar 150 famílias da terra que não lhe pertence. A SIBRA, em Inhambupe, comerciantes de Feira ou de Salvador, grupos de Pernambuco, do Espírito Santo, empresas estatais, todos querem terra, querem plantar capim ou eucalipto.

O governo apoia os grandes considerados mais aptos do que os pequenos. Distribui dinheiro e terra para as grandes empresas e nega qualquer direito aos lavradores".

Os constantes conflitos que ocorrem no setor agrícola da Bahia, já fartamente demonstrados, justificam plenamente a longa transcrição acima. Essa circunstância levou os representantes do povo na Assembléia Legislativa daquele Estado a constituir Comissão Parlamentar de Inquérito com vistas à restauração da tranquilidade nos sertões do glorioso berço de Rui Barbosa. Esse fato nos levou a não exigir maiores investigações sobre os conflitos de terra na Bahia.

Citaremos a seguir alguns casos mencionados em depoimentos perante esta CPI:

Município de Juazeiro - Para a construção da Barragem de Sobradinho, a CHESF indenizou milhares de famílias de agricultores, que se deslocaram para Bom Jesus da Lapa, onde foram início a um grande projeto de colonização, distante, portanto, 600 quilômetros do lugar em que viviam. Os agricultores que acharam por bem não aceitar a proposta, vivem hoje às margens do lago em degradantes condições de vida. Nos projetos de Maniçoba e Curaçá Pequeno as indenizações são irrisórias e a situação é também desoladora.

Município de Barreiras - Em consequência da primeira experiência agrícola levada a efeito pela CODEVASF em área irrigada, informa Dom José Brandão que em São Desidério "dezenas de famílias que sempre tiveram teto onde habitar e comida farta, tornaram-se indigentes, doentes e até loucos, quando se viram de uma hora para outra sem casa, sem comida e o dinheiro acabando. Ficaram impossibilitadas de fazer o que sempre souberam: trabalhar a terra". "Segundo um relatório da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia, as indenizações que foram pagas não obedeceram aos critérios fixados pela Constituição Federal e, complementariamente, pelo Estatuto da Terra".

Relativamente ao depoimento do Bispo de Propriá, verificamos que os conflitos de terra na Bahia apresentam um quadro dantesco e de difícil solução, notadamente na região de Santa Maria da Vitória e Coribe.

A região de Alêm-São Francisco é, sem dúvida, uma das mais cobijadas para empreendimentos agropecuários; ali, os meios utilizados pelos grileiros para expulsar as famílias dos lavradores são os mais violentos: queima de casas e de roças, destruição de cercas e de pastos e o extermínio de rebanhos. O mesmo processo é utilizado nos municípios de Santa Maria da Vitória e Coribe, onde centenas de famílias são expulsas e ameaçadas. Neste último município, a Indústria Agropecuária Coribe S.A., empresa ligada ao grupo Góes-Cohabita de Salvador, expulsou mais de cem famílias e as ameaça constantemente através dos indivíduos José Cavalcante, Delsimar e Eliomar; igual procedimento tem a Comercial Agropastoril Camaçan S.A.

- SITUAÇÃO NOS ESTADOS DE ALAGOAS, PERNAMBUCO E RIO GRANDE DO NORTE

É idêntica a situação nesses Estados: o capim cobre quase toda a região, os grileiros e usineiros exploram os lavradores e posseiros e as grandes empresas expulsam das terras os humildes agricultores.

Nos municípios de Penedo e Igreja Nova, Estado de Alagoas, projetos governamentais em execução dificultam a solução para os problemas fundiários ali existentes. "Para toda essa gente a situação é de desgraça. Já passa de miséria. Para eles, esses projetos, dos quais o governo é tão orgulhoso, não trouxeram benefício algum, antes pelo contrário. O pessoal caracteriza bem a ação das duas companhias estatais, quando diz: A CODEVASF (e, por extensão, a

Walker Junqueira

Walker Junqueira

Walker Junqueira

CHESF) é como a febre do rato do Araripe: só deixa a miséria": (depoimento de Dom José Brandão).

Constatamos que nos Municípios de Camocim e São Joaquim, em Pernambuco, vive-se o império do boi em lugar do império do homem. A área desses municípios virou pastagem. Ainda em Pernambuco, no Município de Petrolândia, a situação dos grajeiros é difícil e o Projeto Massangano já desabrigou dezenas de famílias camponesas.

Nos municípios de Mata Grande, João Câmara, Jandaia e São Bento do Norte, todos localizados na região algodoeira do Rio Grande do Norte, o trabalho do lavrador é feito com base na modalidade da "meia". Ao meeiro é retirado quase tudo e em muitas ocasiões termina perdendo a própria terra.

- PROBLEMAS FUNDIÁRIOS NO ESPÍRITO SANTO

Consoante depoimento prestado a esta CPI pelo Deputado Estadual Nider Barbosa de Meneses, o Estado do Espírito Santo apresenta duas regiões distintas: a Alta ou Cafeeira e a Baixa ou Pantanosa. A região Alta é constituída de pequenas propriedades e praticamente não apresenta conflitos. Na região Pantanosa existem aproximadamente 250 proprietários e 80% de suas terras estão nas mãos de apenas 20 proprietários; nesta região estão sendo dragados 135 mil hectares, o que representa uma área considerável para o Estado, segundo afirmação do depoente que acrescentou:

É uma região totalmente baixa, plana e pantanosa, mas existem ilhas, quer dizer, aquelas regiões com um metro de elevação, onde estão as sedes das propriedades. Com a dragagem, com a recuperação dos pântanos, os proprietários se estendem infinitamente, quer dizer, o limite de um vai até o limite do outro, em sentido contrário. Vão se dividir no meio do pântano. Então, as terras que o Governo está recuperando realmente poderiam ser redistribuídas em pequenas propriedades, através de um plano de utilização racional. Absolutamente isso não ocorre, porque estão caindo em mãos dos proprietários atuais — que já são, no máximo, 250 — e dos grandes proprietários, que detêm essas linhas, ou seja, as regiões mais altas. Este para mim é o maior problema fundiário que temos, porque é onde há a maior aplicação de verbas federais — CEPLAC/DNOS — no Estado do Espírito Santo. Isso aconteceu no norte do Rio Doce. Exatamente aqui, neste mapa turístico do Espírito Santo, no sul do Rio Doce, onde é assinalado o farol de Regência, onde afundou o navio "Imperial Marinheiro", é até uma região histórica; o navio foi salvo pelo herói capixaba caboclo Bernardo. Essa região está sendo dragada também pelo DNOS — não existe convênio com a CEPLAC, nem com a Prefeitura — e o Governo do Estado. Essa região também chega quase a 100 mil hectares e não beneficia nem 100 proprietários, mas, diretamente, dois proprietários. Um é um grupo multinacional — Aracruz Celulose — formado por capitais nacionais, noruegueses, suecos. Então, a Aracruz Celulose está instalada em Barra do Riacho e, à medida que as terras estão sendo recuperadas pela dragagem, feita por um órgão federal, ela vai também se estendendo, seja através da aquisição de áreas daqueles proprietários que não tinham a menor condição de sobrevivência, porque viviam ilhados lá dentro do pântano, seja através de coação. Foi assim que a Aracruz Celulose conseguiu, inclusive, expulsar da região os índios tupiniquins".

Prosseguindo, S. Exa. desabafou:

"Foram expulsos de lá, através da atuação da poderosa Aracruz Celulose, que se expande para o Norte, através das terras dragadas pelo DNOS. O outro proprietário é um grupo de pecuaristas, detentor do Frigorífico FRISA de Colatina, o maior abatedor de gado, atualmente, do Espírito Santo, numa média de 200 mil cabeças por ano. O FRISA não só abate o gado, mas também o produz. Não sei se estou sendo maçante, se estou fugindo aos objetivos desta CPI, mas esse grupo FRISA entrou nessa área por obra e graça — aqui vai a minha crítica do Governo do Estado — da proteção do

ex-Governo do Estado, liderado pelo Sr. Artur Carlos de Heráclito Santos. Dou uma "colher de chá" ao ex-Governador da ARENA: essas obras de dragagem no sul do Rio Doce foram iniciadas pelo DNOS no Governo de Cristiano Dias Lopes Filho. O Governador em boa hora, convidou grupos de produtores de arroz gaúchos e os colocou nessa região recuperada através de contrato de comodato. Consegui, na última hora, cópia de um dos contratos que cedia a um gaúcho uma área de 12 mil hectares".

Transcrevemos, a seguir, mais um trecho do depoimento do Deputado Nider, por considerarmos grave a denúncia.

"Nessa região, existem mais de 100 mil hectares, como falei há pouco, e os gaúchos aplicaram ali todos os seus recursos. A região era de terras excepcionalmente férteis, mas bravias. Eles tiveram, ainda, que se valer de financiamentos de bancos oficiais, inclusive do Banco do Brasil, do qual faço parte, ainda que, modestamente, na condição de simples funcionário, em licença, com contrato de trabalho suspenso por exercício de mandato parlamentar. Mas inclusive o Banco do Brasil financiou todos aqueles gaúchos, entre os quais está João Mário Menegães e José Maria de Oliveira. Estando eles endividados e precisando contar com a produção de arroz para saldarem os seus compromissos — e tinham tirado safras compensadoras e iam muito bem — viram sair do Governo o Sr. Cristiano Dias Lopes Filho e entrar o ex-Governador Artur Carlos Gerardi Santos. Este, num passo de mágica, cortou todo o auxílio que o Governo do Estado vinha conferindo aos gaúchos e passou a proteger o Grupo FRISA, dos Coutinho, de Colatina, que não tinham objetivos agrícolas. O negócio deles era, e é, com gado de corte. Através de uma manobra junto ao DNOS — e denunciei irregularidades praticadas por um diretor do DNOS, que foi afastado do seu cargo, modestia à parte, por minha atuação — este órgão cortou os serviços de dragagem essenciais para os gaúchos. Ficaram eles, então, na condição de possuírem lavouras mas não terem água para sua irrigação. Tinham que bombear a água para irrigar as terras. O processo tornou-se, por conseguinte, mais caro e oneroso. Assim sendo, foram eles entregando suas terras ao Grupo Coutinho, que hoje detém a quase totalidade das terras recuperadas pelo DNOS. A situação atual é a seguinte: a Aracruz Celulose fez ainda pior: conseguiu do DNOS a abertura de um canal que ligasse essa região de Barra do Riacho com o Rio Doce, por mais de 50 quilômetros de extensão, para apanhar a água rica do Rio Doce, isenta de acidez, e levá-la para sua indústria em Barra do Riacho. Mas houve um fato interessante: a falta de planejamento foi tão grande que a dragagem começou antes de ser feita a desapropriação das faixas da beira do Rio Doce, região produtora de cacau. Então, quando a marcação do canal chegou na fazenda do General Aldir Maia, ele dizia que por ali o canal não passava porque iria cortar sua plantação de cacau. O DNOS resolveu "dar um jeito"; mudou a locação. Quando a marcação chegou na fazenda do Coronel Orlando de Paiva Almeida, ele disse que por lá o canal não passaria, porque iria cortar sua plantação de cacau. Resolveram mudar mais uma vez a marcação. O Desembargador Ali Pinheiro Medeiros também não permitiu que o canal atravessasse sua fazenda".

Após responsabilizar o DNOS e o Governo do Estado pela falta de melhor planificação nos projetos de irrigação, por estarem, no seu entender, apenas preocupados na recuperação de terras do sul da região abaixo de Vitória, bem como da faixa litorânea, bacia dos Rios Jacu, Itapemirim e Muqui, que, infalivelmente, caem nas mãos dos latifundiários, afirma o depoente que outro problema sério é aquele provocado pela Companhia Vale do Rio Doce: juntamente com a Celulose Florestal, a Vale do Rio Doce utiliza as terras localizadas entre as regiões Baixa e Alta para a plantação de eucaliptos, cuja área ocupada é de aproximadamente 50 mil hectares em quatro municípios.

Deixando claro que os problemas fundiários do Espírito Santo decorrem das atividades dessas empresas, o Deputado Nider esclareceu que na Divisão de Terras da Secretaria de Agricultura de seu Estado existem 10.000 processos de regularização de terras, o que constitui número elevadís-